



# Anais da Assembléia

Nº 133

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT .....	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossori; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademair Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

**4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 102.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1994**

(QUARTA -FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Carlos Simões e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, João Iensen, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Ernani Pudell, João Preis, José Tavares, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Severino Félix e Rossoni (11). Achando-se em licença o Senhor Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, pela ordem, dispensamos a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo desistido da chamada nominal, os Senhores Deputados que aprovam a Ata queiram levantar-se.

22 (vinte e dois) Senhores Deputados aprovam a Ata. **Está aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2484**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, **REQUEREM** a anexação do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 327/91, a Proposição nº 408/91, a qual já se solicitou Regime de Urgência, por se tratar da matéria correlata, e que tornaria possível a aplicação da faculdade constitucional de criação de órgão para apoio às unidades regionais. Recorda-se que somente por legislação complementar, a que trata o Projeto nº 408/91 e como dispõe a Constituição Estadual em seu art. 21, pode-se instituir as unidades regionais propostas pela 327/91.

Neste hiato legislativo - de não aprovação de uma legislação coerente, legal e constitucional -, seria prematuro ampliar limites regionais (territoriais e institucionais) definir funções e atribuições.

Para melhor definição da questão, consideramos oportuna a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 408/91, bem como 327/91 e 107, este último do Deputado Neivo Beraldin, a que o nº 408 está anexado, ser tratado em audiência pública, com o dirigente da COMEC, Senhor Luís Henrique Bonaterra, seu corpo técnico e nossos Pares, dada a importância do tema.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

**REQUERIMENTO Nº 2492**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER** após ouvido o Plenário a desanexação do Projeto de Lei nº 171/94, por não se tratar de matéria correlata, anexado ao Projeto de Lei Complementar nº 707/93, por força do requerimento aprovado em 08/11/94. Requer ainda a sua reinclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 7 sessões do Projeto de Lei nº 219/94.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO Nº 2488

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Odilon Antunes Mendes, ocorrido dia 06 de novembro.

O Senhor Odilon com seu passamento deixou amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Tenente Hiron Silva, 312 - em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 2489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar pelo falecimento do jovem Juliano Santos, ocorrido dia 30 de outubro.

O jovem Juliano, com sua morte deixou parentes e amigos enlutados e com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Baltazar Lisboa, 508, Bairro Ronda, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.11.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 2485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Manguueirinha, pela passagem de seus 48 anos de Emancipação Política.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Carlos Roberto Aguiar, ao vice-Prefeito Sr. João Dorine, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a população de Manguueirinha.

Sala das Sessões, em 16.11.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Queremos, na significativa data de 30 de novembro, prestar nossa homenagem à população de Manguueirinha, que com grande júbilo comemora seus 48 anos de existência politicamente emancipada.

A história de Manguueirinha é uma história de trabalho e muita dedicação, cujo evento marca, além do seu registro, um município renovado pela fibra de seus representantes de todos os tempos que colaboraram para o seu crescente progresso.

Portanto, é com muito orgulho que a população de Manguueirinha irá comemorar seu 48º aniversário festivamente.

Com todo o respeito que o povo de Manguueirinha é merecedor, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia-modelo para os demais Municípios paranaenses.

Manguueirinha, tendo à frente de seus destinos o Prefeito Miguel Carlos Roberto Aguiar, que com muito trabalho e dedicação tudo tem feito para o desenvolvimento cada vez maior de seu Município.

## REQUERIMENTO Nº 2486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Cruz Machado pelo transcurso de seus 43 anos de Emancipação Política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Alvir Otto, ao vice-Prefeito, Antonio Koteki, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 16.11.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Cruz Machado, que no próximo dia 14 de

novembro irá comemorar seu 43º aniversário de emancipação política é um Município que ao longo desses anos, com sua laboriosa população, vem mostrando surpreendente desenvolvimento.

Município muito bem administrado pelo Prefeito Alvir Otto, a quem a população depositou toda a confiança e ele vem retribuindo com esforço, dedicação e honestidade tudo fazendo para a melhoria de vida de sua gente.

Portanto, a população de Cruz Machado é credora de nosso reconhecimento e admiração.

A história de Cruz Machado é uma história de trabalho e luta sempre renovada pela fibra de seu povo, com a colaboração de seus administradores de todos os tempos.

É com muito orgulho que toda a população comemorará sua data magna no dia 14 de novembro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, cumprimenta efusivamente a população de Cruz Machado certos de que o progresso é resultado do trabalho diuturno de todos que labutam em prol da grandeza de seu Município e do nosso País.

#### REQUERIMENTO Nº 2487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de General Carneiro que no próximo dia 19 de novembro irá comemorar seus 33 anos de Emancipação Política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Joelcy Marcos Lammel, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Juarez Vicente Martins Ferreira, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 16.11.94

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O progressista Município de General Carneiro, estará comemorando, no dia 19 de novembro, seus 33 anos de emancipação política.

É com muita satisfação que constatamos que o Município de General Carneiro atravessa uma fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Joelcy Marcos Lammel, o vice-Prefeito, Sr. Joarez Vicente Martins Ferreira, todos os Vereadores que irmanados nos mesmos propósitos trabalham para o

progresso cada vez maior de seu Município.

Portanto, é com muito orgulho que o povo de General Carneiro comemorará seu 33º aniversário.

Com todo o respeito que a população de General Carneiro é merecedora, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia-modelo para os demais municípios paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 2499

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado moção de aplauso, através da Presidência desta Casa de Leis, a Meritíssima Juíza de Direito da Comarca de Faxinal, Dra. Mariza de Freitas Souza, pela probidade com que conduziu o último pleito eleitoral, mantendo a ordem e a lisura dos trabalhos.

Solicita ainda seja dado ciência do presente requerimento à Presidência do Tribunal de Justiça e órgãos especiais.

Sala das Sessões, em 16.11.94

(a) EDSON SILVA LINO

#### REQUERIMENTO Nº 2490

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Arapongas, proximidades do nº 334, localizada no Jardim Guaraituba, os quais solicitam que sejam afundadas as valetas que são muito rasas.

A solicitação está sendo feita devido às mesmas encontrarem-se muito cheias de lixo, entupindo o bueiro e ocorrendo alagamento com as fortes chuvas.

Pedem urgência no atendimento, pois a situação encontra-se crítica.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2491

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores, à Rua Angelo Vidolim, proximidades do nº 39 - Jardim Paraná, os quais solicitam que seja colocado manilhamento nessa rua, uma vez que o mau cheiro é insuportável, os detri-

tos de esgoto correm a céu aberto, além de que toda a população está propensa à contaminação de doenças.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2493

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Francisco Dagostin - Jardim Monza, os quais solicitam que seja trocada a manilha em frente ao n° 09 dessa rua, sendo que a mesma foi quebrada durante a execução das obras de extensão da rede de água e até a presente data não foi substituída, causando uma série de transtornos para todos.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jackson Miguel Baduy, Secretário de Estado da Saúde, solicitando averiguação às denúncias efetuadas pelo SINDSAÚDE ao Ministério Público sobre práticas arbitrárias e casos de corrupção que vêm acontecendo no Hospital Regional de Cascavel.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) DR. ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

A construção do Hospital Regional foi iniciada em 1977 e só terminou em 1989. O Hospital é um dos mais equipados do Estado, mas vem sendo motivo de crítica pelo tipo de atendimento que vem prestando à população.

Há um Conselho Comunitário que administra, que por sua vez, não é transparente e democrático, impossibilitando o controle social eficaz.

Há uma série de denúncias quanto à forma autoritária de administrar aquela instituição e casos de corrupção como: cobrança indevida, existência de "caixa 2", nepotismo, desrespeito à isonomia salarial, tratamento autoritário das chefias, entre outros.

Nesse sentido é fundamental e necessário que o Senhor Secretário de Estado da Saúde intervenha no Hospital Regional e que haja uma eleição no Conselho Comunitário, que seja transparente e democrático, que fiscalize as verbas públicas, revertendo assim num atendimento decente à população, e que possa pagar melhor os servidores.

#### REQUERIMENTO N° 2495

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento no bairro da Barreirinha, mais especificamente à Rua Mustaphá Francisco Lemes, uma vez que o dia todo desocupados fazem algazarras, ficam jogando bola na rua e incomodando os moradores. A situação está ficando cada vez mais crítica e durante a noite, vários assaltos vêm ocorrendo, deixando todos muito apreensivos.

Pedem providências urgentes, prevenindo-se desta forma que algum acontecimento mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2496

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Avenida Florianópolis - Vila Oficinas, os quais solicitam que seja instalado um aparelho telefônico público em frente ao n° 168 dessa rua.

O pedido está sendo feito, tendo em vista nesse endereço funcionar a Distribuidora São Judas Tadeu, sendo um local bem movimentado e caso a solicitação seja atendida, muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2497

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de implantar rede de energia elétrica na Vila Sabará, localizada no Vale do Passaúna - CIC, uma vez que é cobrada a taxa e não existe o benefício.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que não é justo cobrar a taxa por um serviço que não lhes é fornecido. Pedem urgência no atendimento da solicitação, sendo que o local fica às escuras à noite, tornando o local muito perigoso e a ação de assaltantes é constante.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2498

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pela Presidente do Asilo e Casa do Idoso Vila Esperança, localizado à Rua Assis Figueiredo, nº 748 - Vila Guaíra, a qual solicita a isenção da taxa de fornecimento de água, tendo em vista tratar-se de um asilo com fins filantrópicos e não lucrativos.

O pedido prende-se ao fato do mesmo não ter ajuda de nenhum órgão mantenedor, somente tendo auxílio da comunidade e pró-cidadania, através da Prefeitura. São mais ou menos 450 (quatrocentos e cinquenta) internos, todos carentes, alguns paraplégicos e muitos acamados.

Maiores esclarecimentos podem ser fornecidos pela Senhora Vilma, pelo telefone 233-0966.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 380/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o CASARÃO CÍCERO MORAES COLECT, pelos relevantes serviços prestados à comunidade castrense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

O CASARÃO CÍCERO MORAES COLECT, nasceu do altruísmo de uma família abnegada e dedicada em servir ao próximo sem nada desejar em troca, à Família Colect.

A denominação dada ao Casarão, é a do patriarca da família, Cícero Moraes Colect, homem abnegado, desprovido dos bens materiais, que nunca deixou de ajudar a quem à sua porta batesse. Inspirada nos princípios desse servidor dos menos favorecidos pela sorte, é que a família, após o seu falecimento, fundou no dia 18 de maio de 1987, o Casarão, o qual foi lhe concedido o nome.

Por isso e pelos relevantes serviços que presta à comunidade castrense e que é exemplo de amor ao próximo, é que desejamos prestar esta merecido homenagem e trazemos ao colendo Plenário esta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 381/94  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo à Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí, o imóvel constituído pelas datas urbanas de terras nº 05 e 14, da quadra 43, da planta do loteamento desta cidade, com área superficial de 4.000 m<sup>2</sup>, pertencente ao Estado do Paraná, conforme matrícula nº 686 do CRI de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição reveste-se de caráter imprescindível, tendo em vista que o imóvel objeto da doação era utilizado como sede para a Escola Estadual Fernando de Azevedo, sendo certo que a mesma funciona atualmente em outro local, estando o mencionado imóvel sendo ocupado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Salienta-se outrossim, que a APAE atende não somente a crianças do município, como também de toda a região, e, ainda, existe um projeto para que no local seja implantado o Centro Comunitário Florinda Bruno.

Diante de tudo acima exposto, é que se espera a aprovação do presente projeto de lei por nossos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Quero abordar a questão do Hospital Regional de Cascavel. Por mais de uma vez, sendo abordado esse tema na tribuna da Assembléia Legislativa. A construção daquele hospital se iniciou em 1.977, após várias paralisações das obras, foi concluída em maio de 1.989, 12 anos após ter sido iniciada. São 10.860 metros quadrados que implicaram em um investimento de cerca de dez milhões de dólares.

Recentemente, no dia 5 de abril de 1.994, a "Folha de Londrina" informou que o Hospital Regional é um dos mais equipados do Estado, mas vem sendo desestruturado e nessa ocasião, existiam onze leitos no berçário para os recém-nascidos com patologias graves e cerca de dez desses onze leitos, estavam ocupados, mas apenas havia uma única enfermeira para atendê-los.

O Hospital Regional chegou a ter 346 funcionários, incluindo o pessoal de enfermagem e 70 médicos, remunerados por plantão, e, naquela ocasião, tinha o hospital 150 leitos. Hoje, são apenas 240 funcionários e 50 plantonistas, com 36 leitos na enfermagem, sendo que o resto foi desativado. Para funcionar adequadamente, o Hospital Regional precisaria ter 300 funcionários no Setor de Enfermagem, mas são apenas 115 os contratados.

No dia 23 de abril de 1.992, o "Jornal do Estado", informou que o então Secretário Pereira Almeida, disse que os problemas do Hospital Regional eram devido à forma de administração, que impedia que recursos do Orçamento do Estado e do SUS fossem repassados, com exceção daqueles das Guias de Internamento.

Outro ponto de estrangulamento, segundo o então Secretário, dizia respeito à determinação do Governo Estadual que impedia a contratação de novos funcionários.

No dia 14 de julho, a "Folha de Londrina", informou que tal hospital consumiu cerca de 110 milhões na construção e foi apresentado como modelo, mas já perdeu cerca de 1/3 dos seus funcionários e fechou 36 dos 150 leitos.

A crise do Hospital Regional se agravou e pode ficar pior. Ficou em função dos períodos recentes de eleições municipais, a contratação de pessoal para execução de serviço público é proibida.

E antes desse período, quando poderia ter feito as contratações, via concurso, essas não foram feitas. Em agosto de 92, foi realizada na Cidade de Cascavel uma plenária com setores da sociedade civil e mais o Governo, para discutir os problemas do Hospital Regional. Essa reunião naquele momento, chegou à conclusão de quatro pontos:

- 1º) Identificar o Hospital Regional como um hospital de caráter público.
- 2º) Que a contratação de pessoal deveria ser naquele momento, a curto prazo, uma vez que necessitavam urgentemente de funcionários.
- 3º) Reestruturação do Conselho, com a participação das entidades na organização;
- 4º) A administração do Hospital Regional pelo Estado em cogestão com o Conselho e Administração Geral do Hospital Regional.

Tal administração deveria ser feita por profissional com conhecimento na área da administração hospitalar, sem vínculo com o corpo clínico e dedicação integral ao cargo. Após essa reunião, que se esperava melhora, como se encontra hoje o Hospital Regional? Nenhuma dessas propostas foram encaminhadas e o Secretário da época passou por cima de todas as deliberações

do Conselho e nomeou o Prefeito Tolentino como Presidente do Conselho e esse, por sua vez, nomeou o farmacêutico Álvaro Laguna que abandonou o cargo, assumindo o vice-Presidente, Marcos Vinícios, Diretor da UNIOESTE. Este, por sua vez, assumiu em setembro o cargo de Presidente e nomeou a sua esposa, Taís Mattioli Pires de Souza na função de Chefe de Convênio do Hospital Regional de Cascavel; Vânia Moreira de Camargo, esposa do Diretor Administrativo, na função de Chefe de Custos. Elas não ficaram no Hospital Regional.

Conforme informações que obtivemos em Cascavel, as mesmas ficam prestando serviço no FESTIVAL e de lá, à distância, atendem às necessidades do Hospital Regional. Além disso, caracteriza, pelo grau de parentesco, nepotismo daquele Conselho, ao nomear parentes para assumir os cargos no hospital.

Outro ponto crítico: a verba para o hospital vai para a prefeitura. Essa, repassa para o Conselho Comunitário, que é quem contrata os funcionários via CLT, com parecer contrário da Promotoria, já que tais contratações são ilegais, uma vez que, para prestar serviço público, as contratações devem ser via concurso, e não, CLT. Criando uma série de distorções no quadro de carreira, além da falta de fiscalização, uma vez que existe pouco controle social como alega um dos membros do Conselho Comunitário do Hospital Regional, Marcos Tosin.

Segundo ele, não há prestações de contas tanto da parte do Conselho Comunitário, quanto da parte do Conselho Municipal de Saúde.

Além desses problemas, ainda ocorre a falta de profissionais no hospital, baixos salários e em consequência disso, há uma diminuição no número de atendimento da população, fechamento e desativação de leitos dentro do Hospital e a falta de definição do caráter do Hospital Regional, definida anteriormente como hospital público, não vem agindo assim na prática.

Falta de transparência na prestação de contas e alegam, setores do funcionalismo, autoritarismo na relação da administração com os servidores.

Segundo um ofício que o Sindicato dos Servidores da Saúde encaminharam ao Ministério Público, ainda há outras irregularidades, tais como, segundo essas denúncias para que o Ministério Público possa apurar:

(Lê):

- "1. Existência de uma 'caixinha', constituída por 10% do valor dos internamentos mensal na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), cujo valor é rateado entre servidores da Tesouraria e che-



- fia, criando uma política de coação aos pacientes para optarem pelos serviços particulares.
2. A Promotoria Pública de Cascavel tem recebido várias denúncias de cobranças abusivas, sendo que são realizadas cobrança duplas do SUS e do paciente pelo internamento.
  3. Desrespeito a isonomia salarial diferenciações salariais entre servidores do ISEP e Conselho Comunitário, inclusive beneficiando os servidores do Conselho, criando assim conflitos e situações de constrangimento entre os servidores;
  4. Contratação de parentes para cargos de chefia, através do Conselho Comunitário, com tratamento privilegiado a esses contratados.
  5. Realização de cirurgia plástica em funcionários e parentes de chefias pelo SUS, sendo que na cobrança são registrados outros procedimentos que não aqueles executados no paciente.
  6. Tratamento autoritário e terrorista das chefias, através de ameaças, advertências e informações incorretas quanto aos direitos dos servidores, caracterizando abuso de poder.
  7. Chefe do Recursos Humanos desinformado, não orienta os servidores (ex: informação incorreta afixada no mural: estavam se negando a receber requerimentos dos servidores para serem encaminhados ao D.R.H. - Curitiba/PR) na Secretaria de Estado da Saúde aqui em Curitiba.
  8. Compra de mudas de árvores frutíferas que não foram plantadas no H.R. de Cascavel.
  9. Cobrança de medicamentos de pacientes que foram internados pelo SUS (antibióticos). Ocorre a interrupção ao tratamento.
  10. A direção do Hospital não exerce um controle na farmácia e aí ocorre que são vencidos muitos medicamentos por falta de usar dentro do tempo estabelecido pela data de fabricação.
  11. Reparação de quimioterapias em condições inadequadas."

Srs. Deputados, o Hospital Regional de Cascavel que teve o início de sua construção em 77, ficou doze anos para serem concluídos e nunca deixou de ser foco de denúncias de irregularidades, seja no período de construção, seja no período de funcionamento, sejam irregularidades administrativas ou irregularidades no atendimento da população daquela região oeste do nosso Estado. Ou o atendimento é insuficiente ou o atendimento é feito de maneira irregular ou o atendimento não é feito, deixando o paciente na fila de espera ou fazendo com que os pacientes tenham que se

locomover para esta cidade para receber o tratamento. Não é possível que aquele hospital que tem capacidade de atendimento secundário à população daquela região continue como está funcionando.

Hoje apresentamos um requerimento à Mesa e pedimos a aprovação desse requerimento porque queremos que o Sr. Secretário se manifeste em razão das denúncias já levadas ao Ministério Público pelo Sindicato dos Servidores da Saúde e aqui por nós li-da nesta tribuna.

Entendemos que no atual Governo assim com os antecessores, dizer que saúde é prioridade somente tem ficado no discurso, uma vez que na prática não tem se concretizado. E a principal razão que faz com que não se concretize é o baixo investimento na área de saúde nunca atingindo nos últimos dez anos o patamar de 4% do orçamento do nosso Estado. E hoje o discurso de municipalizar o sistema de saúde nada mais é do que passar os problemas para os Prefeitos e os Secretários Municipais de Saúde, fazendo com que o Estado lave a mão e não assuma nenhuma responsabilidade junto à população.

Municipalizar sim, defendemos, porque o controle social será mais fácil, mais conseqüente, mais correto, podendo evitar irregularidades. Mas somente municipalizar, sem dar condições para que os Municípios façam a sustentação desse sistema, faz com que hoje seja sucateada toda a rede pública de saúde, e os hospitais públicos.

O Hospital Regional de Cascavel tem sido sucateado pela péssima administração da Secretaria de Estado da Saúde que lavou suas mãos, e pela péssima administração do Conselho de Saúde, como no Conselho Comunitário daquela cidade que foi criado para administrar aquela cidade, cujo o Presidente indicado pelo Ex-Secretário Nizan Pereira de Almeida, era o Prefeito Tolentino de Cascavel, que logo em sequência passou a responsabilidade para outras mãos, fazendo com que a Prefeitura, que tinha uma função e uma responsabilidade, também hoje queira lavar as mãos de suas responsabilidades.

Por isso que pedimos a aprovação desse Requerimento, para que o Secretário, em defesa do direito da saúde da população daquela região, esclareça essas irregularidades, e se preciso, faça inclusive intervenção naquele hospital.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

PL, PTB, PFL, PP, PT, PDT, PMDB e PSDB.

Liderança do Governo.

(Declinam).

Atendendo a solicitação do nosso ilus-



tre Deputado Carlos Simões, comunicamos a esse Plenário e aos presentes que terminou nesse instante a apuração dos votos com vista à eleição da nova Mesa Diretora da Câmara de Curitiba.

São trinta e três (33) votantes.

Um (01) voto branco.

Júlio Ando: treze (13) votos; Iris Simões: dezenove (19) votos.

É o novo Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Modificativa de Plenário, ao Projeto de Lei nº 219/94, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Srs. Deputados Namir Piacentini, Ovídio Constantino, Paulo Maia e Emília Belinati, constante do expediente, propondo alterações nos dispositivos de Projeto, dando-lhes nova redação. Constitua-se em Projeto, dando-lhes nova redação. **Constitua-se em Projeto de Lei separado. (Art. 132, § 2º, inciso V - Regimento Interno)**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento do Deputado Renato Adur. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Acho que houve entendimento com o Deputado Renato Adur, pedindo para que não se votasse o referido Requerimento.

Pediria a V. Exa. para que fizesse o contato e a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está retirado o requerimento do Deputado Renato Adur e peço aos Srs. Deputados e à Taquigrafia desconsidere-o como aprovado.

Permanece a Ordem do Dia na mesma sequência que foi publicada.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

##### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que institui normas gerais sobre sorteios da modalidade denominada Bingo e dá outras providências. PARECERES FAVORÁ-

VEIS da C.C.J. e C.F.. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Não pretendo este Parlamentar impedir que se estabeleçam ou que sejam oficializados os Bingos, porque, na verdade, eles até já estão oficializados. Mas cabe a este Parlamentar respeito à população e especialmente naquilo que diz respeito também ao incentivo ao esporte e fazer com que esta Casa vote uma Lei que venha de encontro aos interesses, especialmente da classe esportiva e da classe esportiva amadora.

Por isso é que tenho me posicionado nesta Casa, nestes últimos dias, a respeito da forma como está sendo colocado para discussão, para aprovação ou não do Projeto de Lei do Deputado Anibal Khury.

O entendimento deste Parlamentar e nas discussões feitas com as categorias ligadas ao esporte, com aquelas pessoas que estão discutindo, com profundidade, a Lei Zico, é de que ela seja aplicada naquilo que ela tem de melhor na sua essência. E, lamentavelmente não é isto que está acontecendo no País.

A propósito, a revista VEJA, desta semana, traz uma ampla reportagem falando a respeito dos Bingos. Quem ganha, quem perde e quem fica com a esperança de um dia ficar rico com os Bingos.

A finalidade principal da Lei Zico, lamentavelmente, não está sendo obedecida. O que vemos são clubes utilizados como fachadas e que quem ganha o grosso do dinheiro, na verdade, é aquele que utiliza os clubes como fachada. Ao clube pouco arrecada, e para incentivo ao esporte amador praticamente nada.

Nas discussões do Projeto colocado nesta Casa, nós, quando ainda o Projeto estava em 2ª discussão, pretendíamos colocar algumas Emendas, mas, no entendimento da Mesa, encerrada a discussão do Projeto inviabiliza a colocação de qualquer tipo de Emenda. E, como disse, não pretendo aqui impedir que se coloque, ou que funcionem os Bingos em Curitiba, no Paraná, mas queria, desejava e desejo é que ele seja feito dentro daquilo que diz a Lei.

Não cabendo, no entendimento de V. Exa. mais qualquer tipo de Emenda, e não entendo até porque o Projeto voltou hoje para a Ordem do Dia, quando no entendimento de Lideranças ele foi retirado para ir à Comissão de Educação e Esporte, na qual ele não passou, para a Comissão de Segurança Pública, pela qual ele também não passou, para que pudesse receber análises.

E na semana passada um Requerimento da minha autoria pedia autorização da Assembléia para se promover um debate em cima

da regulamentação da Lei Zico que é obrigação de cada Estado regulamentar a lei. O Paraná não pode ser indiferente, não pode ficar sem regulamentar.

Queria colocar a seguinte posição neste Projeto. (Lê):

"EMENDA MODIFICATIVA Nº 219/94

Propõe alterações nos seguintes dispositivos do projeto, dando-lhes nova redação, conforme se apresentam:

Art. 1º - A realização de sorteios destinados a angariar recursos para o fomento do desporto, dentro dos limites territoriais do Estado do Paraná dependerá de prévia autorização da Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e Fundação de Esportes e Turismo do Paraná.

Art. 2º - A autorização para a realização do sorteio, exigida no artigo anterior, somente será concedida às pessoas jurídicas de natureza desportiva, previamente credenciadas, que comprovem estar quites com os tributos federais, com a seguridade social e com os tributos estaduais e municipais da sede da pessoa jurídica e mediante:

I - recolhimento, em estabelecimento bancário autorizado e a favor da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná - FESTUR, de 10% (dez por cento) do valor total dos prêmios colocados para sorteios, nas modalidades de Bingo e Sorteio Numérico e 15% (quinze por cento) do valor total dos prêmios colocados a sorteio na modalidade de Bingo Permanente, a título de "Contribuição para o Fomento do Desporto", pela entidade desportiva promotora do evento.

Parágrafo Único - A entidade desportiva autorizada poderá utilizar os serviços da sociedade comercial para administrar a realização do sorteio, mediante contrato registrado na Secretaria Especial de Esportes e Turismo do Paraná.

Art. 4º - ...

II - Um por cento para a administração dos serviços pela Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e Fundação de Esportes e Turismo do Paraná.

Art. 6º - ...

§ 5º - Os sorteios de modalidade similares poderão ocorrer por processos eletrônicos de comprovada segurança e previamente aprovados pela Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e Fundação de Esportes e Turismo do Paraná, podendo estes órgãos, se julgarem necessário, utilizar-se dos préstimos do Serviço de Loterias do Paraná, SERLOPAR.

Art. 7º - ...

§ 1º - Em qualquer caso, os participantes premiados terão o prazo de até noventa dias para reclamar os prêmios, findo o qual serão entregues à Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e Fundação de Esportes e Turismo do Paraná, que depositará no Fundo Especial de Desenvolvimento do Esporte, que deverá ser criado conforme a Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993.

Art. 9º - A Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e a Fundação de Esportes e Turismo do Paraná fiscalizarão as entidades que realizarem os sorteios autorizados, conforme previsto no artigo 1º desta lei, sujeitando os que não cumprirem o plano de distribuição de prêmios ou desvirtuarem sua finalidade às seguintes penalidades, cumulativamente"

Sala das Sessões, em 16.11.94

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Namir Piacentini, Ovídio Constantino, Paulo Maia e Emilia Belinati.

Então, vejam que era essa na verdade a nossa intenção de melhorar, de dar uma redação definitiva a esta regulamentação da Lei Zico que é a obrigação de todos os Estados.

Infelizmente, por uma questão de Regimento da Casa, no entendimento do Senhor Presidente, encerrada a discussão, não cabe mais emendas.

Pretendo, Senhor Presidente, se possível ainda, neste período entrar com um projeto de lei fazendo, colocando esta Emenda Modificativa no sentido de que não corra a Assembléia o risco de ver este projeto aprovado pelo Plenário e, em seguida, vetado pelo Governador, porque há um decreto do Governador que está em vigor. Se ele atende ou não corretamente aquilo que se necessita da Lei Zico, é uma outra questão.

A questão é que nós não tivemos um tempo hábil para discussão. E, quando a Mesa da Assembléia aprovou na última quinta-feira o meu pedido para uma sessão de debate, esse debate só não aconteceu porque a Casa não funcionou durante o período de feriado. O que nós pretendíamos fazer realizar agora já na semana seguinte, trazendo aqui ao Plenarinho da Assembléia pessoas ligadas à Secretaria de Esporte e Turismo do Paraná, à FESTUR, à Secretaria do Estado da Fazenda, que é a Secretaria interessada também na questão da arrecadação na dos bingos, trazer pessoas ligadas ao esporte amador, federações amadoras para podermos debater com profundidade a Lei Zico.

Lamentavelmente, não é possível discutir com mais profundidade neste momento,

mas fica aqui a minha posição, não contrária, repito mais uma vez, à regulamentação da lei, mas contrária à forma como nós estamos regulamentando no dia de hoje: sem criarmos o Conselho do Desporto, sem criarmos o Fundo Especial e sem, efetivamente, fazermos com que toda essa questão de bingo seja gerenciada, como diz a Lei Zico, pelas secretarias de esportes dos Estados. Infelizmente, isto não está contemplado neste projeto de lei que a Casa discute se aprova ou não, mas que nós queremos colocar a nossa posição e dizer que não somos contrários.

Os times de futebol hoje não vivem mais de arrecadação de estádio de futebol, infelizmente. O futebol está em decadência. A violência nos estádios afasta o torcedor, afasta a família. A maldição das torcidas organizadas afastou o torcedor comum de ir com a família ao campo de futebol. Recorre-se, então, a essas brechas dadas na Lei Zico, mas que, infelizmente, proliferam, violentamente, em todo o País, conforme registra a Revista Veja desta semana, e que não atende àquele objetivo que era o do jogador Zico de fazer com que houvesse incentivo ao esporte amador.

Um clube para ser utilizado como fachada para utilizar o esporte para formar o bingo, para ter proveito do bingo, teria que ter, no mínimo, três modalidades de esporte amador, três modalidades olímpicas. E o que nós vemos aí? Clube de futebol até afastado da Federação, licenciado da Federação sendo utilizado como fachada para utilizar o jogo do bingo.

Era esta a posição que queria colocar aqui na tribuna.

A minha consciência está tranqüila da minha vontade de fazer o melhor por esta lei, mas, infelizmente, o Regimento me impede.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)  
(Assentimento)

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, uso da tribuna porque também aqui em Plenário fomos surpreendidos com o retorno de votação do projeto de lei que regulamenta bingos no Estado do Paraná.

Estive presente na sessão em que o referido projeto foi retirado. E, se me parece, naquela oportunidade convencionou-se, inclusive por manifestação do Deputado Algaci Túlio, que esta Casa promovesse uma discussão a respeito da regulamentação de bingos em nosso Estado.

Tenho estudado isso, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, inclusive encaminhamos algumas solicitações, consultas à constitucionalistas a respeito da própria aplicabilidade da forma como regulamentada a Lei Zico, porque, dias atrás, o próprio

Ministro Sepúlveda Pertence, num julgamento, advertiu ao Supremo de que estamos esquecendo, muitas e muitas vezes, da existência da Constituição. A "Lei Zico" numa análise, não chegaria a afirmar da sua inconstitucionalidade, mas tenho dúvidas sobre ela; visto que a nossa Constituição proíbe a instituição de jogos desta natureza.

Fez-se um arcabouço inteiro falando sobre esporte, sobre valorização do esporte, principalmente neste instante em que o Brasil em alguns esportes amadores, como vôlei, basquete e outros mais, passaram a ter o gosto popular e em nome da regulamentação destes esportes, e do incentivo a estes esportes, passou-se despercebidamente nesta lei a introdução de jogos em nosso País.

E aqui em nosso Estado quero me somar à movimentação e à manifestação do Deputado Algaci Túlio, fica para a Assembléia votar, Senhor Presidente, neste instante uma pergunta inicial. O Governador Mário Pereira, pelo Decreto nº 3018, regulamentou no Estado do Paraná a "Lei Zico".

A Assembléia Legislativa, por autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, está votando um projeto de lei regulamentando a "Lei Zico".

Fica uma constatação imediata. Ou a "Lei Zico" não poderia ser regulamentada por decreto, ou se pode ser regulamentada por decreto, esta Assembléia não precisa nem sequer estar votando esta lei; porque não é possível, juridicamente imperfeito, do ponto de vista do processo legislativo completamente imperfeito, termos uma lei regulamentada e um decreto que a Assembléia está regulamentando por lei. Quer dizer, uma das duas formas, seguramente, não está correta.

Segundo lugar, percebe-se na "Lei Zico" que ela diz, no seu artigo 15 que os Estados e o Distrito Federal constituirão seus próprios sistemas, respeitadas as normas estabelecidas nesta lei. Esta seção quarta, onde está o artigo 15, ela é em decorrência da seção terceira, que começa no artigo 7, que diz: o sistema federal do esporte tem por finalidade... portanto, o que o Estado cria e os municípios criam, são os seus sistemas estaduais e municipais de esporte e não a regulamentação propriamente de lei.

Por que digo isto? Porque vamos encontrar na regulamentação da lei federal, do sistema dos Estados, Distrito Federal e municípios, isto na regulamentação da lei federal. Enquanto os Estados e o Distrito Federal não fixarem em lei as normas de organização e funcionamento dos respectivos sistemas de esporte, aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 8672/93 e deste decreto. De modo que a referida lei

está em vigência, restando ao Estado fazer a regulamentação do seu sistema de esporte; e não da regulamentação da lei, porque não nos cabe a regulamentação de uma lei federal.

Acredito, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que estejamos votando no afogadilho uma lei que, certamente, não vai atender as normas necessárias a implantação do sistema lotérico de números em nosso Estado do Paraná.

Creio que como esta Casa executa uma lei, devemos executá-la dentro da melhor técnica legislativa, para que possa fomentar o esporte amador no Estado do Paraná.

A lei, Senhores Parlamentares, exige que os clubes, para execução de sorteios, tenham que ter registradas três modalidades esportivas tendo competido nos últimos anos, está regulamentada.

No entanto, nós não estamos exigindo, da mesma forma com que as pessoas que venham a explorar o jogo do bingo, tenham compromissos claros e definidos com o esporte amador dentro do Estado do Paraná. Acho também que estamos no nosso Estado, avançando no sinal da competência dos próprios municípios, porque o sistema fala de regulamentação dessa lei a nível municipal. Uma série de indagações ficam a ser questionadas aqui nessa lei, discutida nas suas verdadeiras comissões.

Por isso que encaminhei uma solicitação à Mesa, solicitando a retirada do projeto para que nós possamos discutir com mais profundidade, regulamentando esse sistema de esporte no Paraná, do qual o bingo é apenas complementar. Não venhamos trocar a importância do sistema de esportes, pela existência de bingos que vão trazer lucros para pessoas individuais, usando como testa, os clubes de futebol.

Se não for possível, Senhor Presidente, porque fui informado pela Mesa, de que há discussão encerrada, mas a discussão encerrada deu-se numa reunião em que eu estava presente, uma reunião que não prosperou, não tinha quórum. Vamos retirar da Ordem do Dia, por 5, por 7 sessões, para que nós possamos discutir esse assunto, e se a Mesa persistir, eu gostaria de solicitar aos nobres pares, de que nós usemos um instrumento que se tem de não dar quórum, de não votar, ou então, de votarmos contra, para podermos fazer um projeto que contemple os anseios totais do nosso Estado do Paraná.

O Sr. Anibal Khury - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Permitto, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa que está o Deputado

do Caíto Quintana em encaminhamento de votação. Não cabe aparte nesse momento. Inscreve o Deputado Anibal Khury para encaminhamento de votação a seguir.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então, Senhores Parlamentares, acho que é importante que tenhamos uma visão clara de estarmos votando uma lei que amanhã, pode ser cobrada exatamente desta Casa de Leis, porque afinal, nós estamos abrindo a porta para a existência de bingos e mais bingos.

Tenho informação de que só em Curitiba, por exemplo, têm 5 bingos a serem instalados, fora o que está existindo. Certamente, o esporte é o que menos está sendo levado em consideração na abertura dessas casas.

O sorteio, as formas, as modalidades de sorteio com um pouco de imaginação, se transformam imediatamente em cassinos, porque o sorteio de números pode substituir perfeitamente outros tipos.

Para concluir, Senhor Presidente, gostaria que os Senhores Parlamentares meditassem sobre isso para que pudéssemos fazer uma votação, instituindo o sistema de esporte no Paraná, mas instituindo de forma que os clubes de futebol fossem privilegiados, que o esporte amador fosse privilegiado, mas acima de tudo, que nenhum Parlamentar tivesse que dar amanhã, explicação à sociedade, por ter cometido, no afogadilho, aprovação de um projeto que até o presente momento não corresponde a um estudo necessário para que ele possa ser votado.

Lanço uma vez mais a réplica inicial. Ou a regulamentação por decreto está errada, ou então, a Assembléia não precisa votar essa lei, porque regulamentado por decreto está. Se ele está valendo pela regulamentação, é desnecessária essa lei. Se precisa fazer essa lei, é porque a regulamentação não poderia ser feita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação, está com a palavra, o Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Caíto Quintana apresentou as suas razões contra o projeto que regula o bingo, projeto este, não preciso falar, que regula por lei. O que me causa estranheza é que o ilustre Deputado Caíto Quintana não tenha feito as suas críticas ao decreto governamental que abusivamente, ilegalmente, inconstitucionalmente elaborou este decreto, sem se ater especificamente à constituição e à lei federal.

Causa-me ainda estranheza o Deputado Caíto Quintana alegar que o referido decreto pode ter validade. Nós discordamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados e aí está a Federação Paranaense de Futebol instituindo o bingo e através de televisão exibindo escandalosamente uma autorização da Secretaria de Esporte, através de uma resolução. Isso sim, me parece que é ilegal, isso sim, me parece duvidoso. Acho que nós podemos aprimorar essa lei, se ela for, evidentemente sancionada, através da colaboração do Deputado Algaci Túlio, do próprio Deputado Caíto Quintana, porque ela realmente é basilar. Ela tem ainda, eu reconheço, algumas falhas que podem ser suprimidas por regulamento, se a lei autorizar o governo, ou pelo projeto do Deputado Algaci Túlio e pela manifestação do Deputado Caíto Quintana. Nós vamos coibir abusos se esta lei for para sanção e for sancionada.

Nós vamos evitar que a Federação Paranaense de Futebol, já com algumas dúvidas sobre a sua direção, possa continuar aplicando e exibindo na televisão uma autorização através de resolução da Secretaria de Esportes.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa lei não terá prejuízo nenhum. Pelo contrário, vai condicionar alguma coisa para que não se repita mais, o que está acontecendo. O decreto de regulamentação é um calhamaço que pouca gente entende.

Por isso, Senhores Deputados, em que pese o respeito que eu tenho pelo governo, pelo Governador Mário Pereira, essa lei é abusiva e transcende autorização legal da lei federal.

Eu apelo aos meus colegas, nobres Deputados que apóiem esse projeto. Se for sancionado, teremos a participação do Deputado Algaci Túlio, do Deputado Caíto Quintana e de outros Senhores Deputados para o aprimoramento dessa lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que já havia se inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a proposta do ilustre Deputado Anibal Khury, quando chega ao Artigo 9º: "Que o serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, vai fiscalizar as entidades que realizarem os sorteios os sorteios autorizados...", aí eu concordo.

Fica uma pergunta: o Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, vai fiscalizar as entidades que vão realizar os sorteios autorizados? Muito bem. O De-

putado Algaci deixou um ponto de interrogação aqui, Deputado Anibal, que há necessidade de reflexão, porque hoje, no Paraná, o bingo virou uma picaretagem de primeira categoria. Hoje, qualquer recanto deste Estado, temos esse tipo de picaretagem e a picaretagem é tão grande que se coloca, já temos exemplos passados, já está dando até cadeia aí. Tem gente aí que coloca 300 cartelas, vendem as cartelas e sorteiam as cartelas que não são vendidas. É a realidade.

Quer dizer, o dinheiro vai para o bolso desses pilantras, desses canalhas estelionatários, da picaretagem que tem nesse Estado do Paraná. Chega de roubo. Até quando o Paraná e esse país vão agüentar tanta sacanagem de tantas quadrilhas organizadas que temos neste Estado? Veja bem, a Lei Zico foi aprovada no Congresso, outra tremenda de uma mercadoria de primeira. Só se fala carnaval, é a Manchete, é a Globo, o SBT, todo mundo aparece na televisão, foi aprovada a Lei Zico. Ah, que coisa linda, maravilhosa. Que barbaridade! Não resolve picirica nenhuma, rapaz. Não dá nada. Porque foi aprovada a lei, porque agora, olha nós temos aqui: Loto, Sena, Loteria Federal, Rapsadinha, Bingo Eletrônico, Bingo de TV, Bingo do diabo, Bingo da mãe do diabo, ninguém vê, para onde vai este dinheiro. Não é para ajudar as crianças pobres do Paraná. Você anda nas ruas e está uma miséria desgraçada. É homem, é mulher morando em baixo da ponte. É para construir casas. Só se for para construir a casa deles; casa para o povo nada. Não! É para internar crianças lá na Instituição. Que Instituição? Isto é picaretagem. Está na hora de lavar a cara deste Estado, está na hora de se criar vergonha. Chega, chega. Até quando? Temos que dar um basta a tudo quanto é sem vergonhice que existe no Estado do Paraná. E não é só no Paraná, não. No Rio de Janeiro é outra desgraça, São Paulo, em Minas.

Então, acho, concordo com Deputado Algaci. Ele deixou um ponto de interrogação porque realmente fermenta a cabeça da gente. Você aqui descendo para Almirante Tamandaré tem bingo, você vai ali na outra ali tem bingo, outro lugar tem bingo, e bingo, e bingo, mas tem bingo que não acaba mais, rapaz. Agora se você disser: quem que vocês estão ajudando? Ah, estamos ajudando o lar das mães solteiras, estamos ajudando o lar dos desamparados, estamos ajudando o lar das criancinhas diabéticas. E se você perguntar: quanto é que vocês receberam? Ah, vinte centavos, outro recebeu um real, o resto vai para o bolso para os seus iates, seus aviões, é mordomia, é gente que não sabe pegar no cabo da enxada, trabalhar, produzir, vender. Tem que trabalhar, rapaz.

Se levanto cedo para trabalhar, para vender propaganda, por que que esses vagabundos não vão trabalhar? É fácil ganhar dinheiro na mordomia, na malandragem, na picaretagem, no tráfico de influência, no tráfico de drogas, no tráfico de tantas desgraças que existem neste Estado e neste País.

Olha, agora o projeto diz aqui no artigo 8º: "É vedado o acesso de menores de dezoito anos..." Olha, se aqui no litoral do Paraná se vende bebida alcoólica a bebezinho de carrinho, se bebezinho vai lá, levanta do carrinho, vai lá e fala: "Me dá um maço de cigarros?" "Pois não, quer levar três? Nós fazemos mais barato." Mas que barbaridade! É tudo um sonho. Vedado o acesso a menores de dezoito anos! Saiu uma propaganda na televisão há alguns dias anunciando um show, Dr. Rosinha, vai ser um espetáculo, vai ter um show do ... e não sei o quê, um fumo desgraçado, uma coca que rola que é uma desgraça. Aí liguei lá, falei vou fazer um teste, peguei o telefone, falei: "Alô, por favor o meu filho assistiu uma propaganda na televisão, diz que vai ter aí um trem que vem aí do Caribe, sei lá, e os cara são tudo loucos, pancada, que é um troço louco, mulherada, festa, que idade, filho?" "É 17, 18 anos, mas até 15 a gente dá um jeitinho, se vier acompanhado com o pai." Aí falei: "Mas, e se não der para eu ir?" Mas não me identifiquei. "Não, pode vir aqui entra tudo."

Quer dizer, não tem lei. Entra à vontade, corre fumo à vontade, corre maconha à vontade, corre cocaína à vontade e tem, tem, em qualquer lugar desta cidade, qualquer lugar se compra maconha e cocaína, em qualquer boteco de esquina nesta Capital. Em Londrina está uma desgraça, em Maringá, qualquer setor, nas praias do Paraná. É brincadeira.

Outra coisa aqui. O que me interessa aqui, Deputado Anibal, é se realmente o serviço de loteria do Estado do Paraná realmente fiscalizará, porque fica aqui o ponto de interrogação do Deputado Algaci, não tive oportunidade muito, não fiz uma reflexão do Deputado Caíto Quintana, que deve ter suas razões, mas o que dá a entender nesse projeto aqui é que todos os bingos passariam para o serviço da Loteria do Estado do Paraná. Acho de fundamental importância isso, porque o novo Governo, Dr. Jaime Lerner, vai querer se preocupar, já que o slogan da nossa campanha, digo nossa porque desde o começo acompanhei a vice-Governadora Emilia, o Governador Jaime Lerner nas andanças por poucos municípios aonde pude ir, mas tive a oportunidade de desfrutar a companhia dos dois, é "Novos Caminhos", uma nova realidade que tem que se plantar no Paraná.

Então, acho que deveríamos sentar,

analisar com o futuro Governador o que poderia ser feito em termos de esporte. O Algaci disse um negócio importante aqui, o esporte amador realmente é beneficiado com esse dinheiro? Não é! Não é! Não existe isso, isso é balela, isso é cascata, isso é palhaçada. Não existe isso, me dizer que o dinheiro do bingo vai para o esporte amador. "Malandragem, olha: chama lá o cara do esporte, do timinho, do time com respeito, maneira de falar, chama lá o rapaz do time, olha o negócio é o seguinte: Nós vamos usar o nome do seu time e vamos dar um jogo de camisas para vocês, umas bolas e vamos dar umas tiriricas para vocês, está tudo legal? Tudo legal." Leva algum, cem, duzentos, uns milhões, vai para o bolso da madama, do madamo, a temporada está chegando, praia, bronzeadinho, tem que tomar um scott, uma cerveja gelada. Tem que estar com muito né, malandragem.

Então, aonde vai buscar? Vai buscar aqui a grana, na picaretagem, no estelionato. Então, concordo, se realmente o serviço da Loteria do Estado do Paraná pegar tudo isso aqui e acabar com as quadrilhas organizadas, de parabéns! Voto com a certeza de que o Governo está por vir, e Jaime Lerner vai fazer desse Projeto, desse artigo 9º, colocar lá um homem de respeito, um homem íntegro, uma assessoria de respeito que ninguém precisa se arregar para levar algum.

Tem que colocar um Secretário lá e falar: "Você vai ganhar um milhão, mas tem que ser Secretário, fazer prevalecer a lei, tem que fiscalizar e colocar fiscais para fiscalizar. Não está dentro do artigo 9º? Não. Chama a polícia, prenda, vai para a cadeia."

Para isso existe a justiça, o Poder Judiciário é soberano, a justiça é a guarda da família brasileira do meu Estado e do meu País. Por isso há a necessidade de reflexão para que se acabe, Deputado Anibal, Deputado Caíto, Deputado Algaci, há necessidade de reflexão para se acabar com essa picaretagem no Estado do Paraná, porque se realmente o dinheiro da Loto for para as crianças, se o dinheiro da Sena for para as crianças; porque dizem que tudo isso aqui é para ajudar como para ajudar se os gabinetes da Assembléia estão lotados de gente. Vá lá no meu gabinete agora, vê lá quantas cadeiras de roda tenho que entregar, vê lá quantas cadeiras especiais para crianças com deficiência motora. Está certo que não sou assistente social, assistente social é formado numa Universidade e aqui ninguém faz assistência social, aqui se faz cidadania, ação social, o político que tem vergonha na cara, faz cidadania, ação social. Isso é problema nosso, cada um faz com a verba



que tem aquilo que melhor lhe aprouver que vá de encontro à miséria, ao descalabro que está escondido no buraco negro do Paraná e espero que o Secretário da Ação Social do novo Governo abra esse buraco negro, tire lá de dentro esta miséria e traga para a realidade!

Então espero que este projeto, ou o Substitutivo do Deputado Algaci, ou as idéias do Deputado Caíto, se juntem às idéias do Deputado Anibal Khury, e que realmente façamos, alguém, - não sei quem - tirar a máscara, lavar a cara e criar vergonha!

Está na hora. Muito obrigado.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados:

Entendemos a iniciativa do Deputado Anibal Khury com este projeto que visa a regulamentação de um decreto do próprio Governador do Estado do Paraná, Mário Pereira.

Na verdade as ponderações do Deputado Algaci Túlio, Deputado Caíto Quintana e Deputado Alborghetti procedem. O que existe hoje é essa proliferação dos bingos e nos deparamos com fatos concretos, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Há poucos dias atrás, efetuamos uma denúncia, por escrito, a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, em relação à concessão de uma nova autorização para a Federação Paranaense de Futebol realizar novos bingos, no Paraná.

Alegávamos, na nossa contestação, de que a Federação não havia elementos sorteados, às pessoas sorteadas. E havia, como há uma ação tramitando na Justiça do Paraná contra a Federação Paranaense de Futebol, pela não entrega desses prêmios. Isso, meus senhores, é estelionato puro!

E, a Federação Paranaense de Futebol, através de seu Presidente, que também teve já seus antecedentes, como Deputado Federal, cassado na Câmara Federal, e que a Federação Paranaense de Futebol também não estava regular com seus compromissos em relação à contribuição do INSS.

Fizemos a denúncia e a Secretaria cassou, imediatamente, por determinação do Senhor Governador, cassou a autorização concedida à Federação. Nos causou estranheza que nesta semana vimos na televisão, estampada a autorização de acordo com o Decreto Governamental, liberação pela Secretaria de Esporte de uma nova autorização para a realização destes bingos, no Paraná.

Hoje, pela manhã, tomamos o cuidado de entrar em contato com a Secretaria e o Diretor Geral da Secretaria, uma vez que o Secretário estava ausente, nos dizia que a Federação apresentou as certidões do INSS

e que a Federação estava agora devidamente regulamentada de acordo com o Decreto de Sua Excelência o Governador.

Ora, se o Decreto do Governador não prevê que se antecedentes não prejudicam a posição atual da Secretaria, automaticamente nós temos que ter ressalvas com esse decreto do nosso Governador. Existem falhas e as falhas têm que ser corrigidas! Temos que admitir isso.

Ponderei ao Diretor Geral que ficaria ruim para todo Paraná uma liberação dessa natureza. Ele me dizia que estava de acordo com a lei, de acordo com o decreto. Continuei questionando e entendendo que do jeito que está não pode ficar, o Deputado Algaci tem razão, Deputado Caíto tem razão, Alborghetti... E o Deputado Anibal pretende regulamentar esta questão.

Acho que o Projeto do Deputado Anibal também merece reparos, merece um estudo mais aprofundado.

Mas, ele, de imediato, poderá coibir essa questão da Federação Paranaense de Futebol, acho que com o artigo 9º, incisos 1º, 2º e 3º será já o primeiro motivo para nós cassarmos, legalmente, esta autorização para a Federação Paranaense de Futebol, que é um absurdo o que está ocorrendo no Paraná. Não podemos concordar com o que está ocorrendo, com uma situação desta natureza.

Acho que o decreto não é correto. O Governador Mário Pereira teve a melhor das intenções, mas, como se sabe, quando se trata de jogo, o que se busca na lei não é a letra pura da lei e o que ela traz de benefícios, mas onde se pode burlar esta lei.

Temos que fechar o cerco de todas as maneiras, porque, realmente, não dá para sustentar e, daqui dois, três ou seis meses, veremos a balbúrdia que está neste Estado do Paraná e no Brasil.

O que saiu na revista VEJA é uma realidade e não podemos permitir isto aqui.

Entendo, Deputado Algaci, concordo com V. Exa. já que, regimentalmente, não podemos fazer mais nada agora, que aproveamos este projeto nesta Sessão, mas que, de imediato, formemos uma Comissão, façamos um estudo juntos, inclusive, com o Deputado Anibal Khury e com a assessoria dos outros parlamentares para que possamos fechar o cerco. Entendo que tanto a sua emenda não está 100% como também o projeto do Deputado Anibal Khury. São melhores do que a proposta do Governo que tem falhas. Agora, não podemos deixar que as coisas transcorram desta maneira.

A questão da Federação Paranaense de Futebol. É um absurdo o que está acontecendo no Paraná. Não podemos deixar isso acontecer.

Eu inclusive, hoje lavei minhas mãos



junto ao Diretor-Geral da Secretaria de Esportes e disse: "Senhores serão responsabilizados pelos atos que estão praticando. Se o Governador não está ciente do que está acontecendo nas Secretarias, os Srs. têm que assumir a responsabilidade dos seus próprios atos."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto de Lei nº 219/94. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. DR. ROSINHA - Com o voto contrário do PT.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Gostaria que V. Exa. registrasse o meu voto contrário, até porque pretendo emendar essa lei também a fim de que ele não passe por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registro os votos contrários dos Deputados Dr. Rosinha e Caíto Quintana.

Com referência ao requerimento de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante o expediente, Projeto de Lei nº 219/94, pedindo a retirada por sete sessões deste projeto. A Mesa o indeferiu com base no artigo 159 que estabelece que projetos em votação não poderão ser retirados da Ordem do Dia.

Com referência também à proposta modificativa do Deputado Algaci Túlio, constante o expediente, com base no § 2º, inciso V, do Artigo 132 do Regimento Interno, determinamos que esta proposta de emenda se constitua em projeto separado a ter tramitação na Casa a partir deste momento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria, então, de pedir a V. Exa. que se oficialize um debate para a próxima semana, nós marcaremos o dia, as pessoas aqui serão convidadas através dos Parlamentares também para que a gente possa aprofundar-se melhor na questão da Lei Zico.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência dará ao Deputado Algaci Túlio e a todos aqueles que tiverem interesse neste debate, todas as condições e apoio para que ele possa ocorrer.

Em momento algum, este debate deixa de ter o seu valor e a sua importância. Afinal de contas, na nossa maneira de ver e pelo que foi aqui encaminhado pelos Senhores Deputados, o projeto do Deputado Anibal Khury, embora possa parecer incomple-

to, e isso também foi admitido pelo próprio autor do projeto, ele melhora, disciplina mais esta questão de exploração de bingo do que hoje está disciplinado com apenas um decreto do Governo do Estado.

Então, eu entendo que, embora incompleto, e esta me parece que foi a visão dos Senhores Deputados que encaminharam a votação, o projeto é oportuno e poderá ser melhorado.

A lei que surgiu deste projeto, a partir da sanção de Sua Excelência o Governador, poderá ser modificada. E o debate que será conduzido pelo Deputado Algaci Túlio com a participação dos demais interessados, poderá ser o momento para surgirem as idéias e as propostas para que tenhamos uma lei melhor, uma lei mais disciplinadora do que a que temos até hoje.

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/91 que transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do Art. 7º, Inciso I, da Lei nº 8485 de 03 de junho de 1987, de personalidade jurídica de direito público, autonomia de gestão administrativas, financeiras e patrimonial, tendo vinculado a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDU. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C. F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J., APRESENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL QUE ENGLOBA AO TODO OU EM PARTES AS EMENDAS DE PLENÁRIO E EMENDA ADITIVA DO PODER EXECUTIVO; ENCAMINHADA PELA MENSAGEM Nº 132/92.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

## EMENDAS SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 327/91

Art. 1º - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba COMEC, criada pela Lei Estadual nº 6.517, de 02 de janeiro de 1974, e constituída em órgão de regime especial pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, fica transformada em autarquia, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento.

§ 1º - Os saldos das dotações orçamentárias do órgão de regime especial de que trata este artigo ficam transferidos à entidade autárquica criada por esta Lei.

§ 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta das dotações

orçamentárias próprias na vigente lei de meios.

§ 3º - Os acordos, convênios, ajustes e contratos firmados pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba COMEC, em vigência na data da presente lei, serão assumidos pela autarquia que ora se constitui.

Art. 2º - A autarquia de que trata esta lei terá sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição administrativa no território compreendido pela Região Metropolitana de Curitiba.

Parágrafo Único - A Região Metropolitana Curitiba é constituída pelos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tunas, Tijucas do Sul, Quitandinha, assim por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas.

Art. 3º - A COMEC tem como finalidade a organização, o Planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 4º - Ficam criados na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor-Geral, símbolo DAS-1;

II - um cargo de Diretor Técnico, símbolo DAS-3;

III - um cargo de Diretor Administrativo-Financeiro símbolo DAS-3;

IV - um cargo de Diretor de Transporte Metropolitano, símbolo DAS-3.

Art. 5º - O regulamento e a estrutura básica da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, serão estabelecidos mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, atendidas as disposições da Lei nº 8.485/77, em prazo não superior a noventa (90) dias da publicação desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento:

José Arthur Ritti, Hermas Brandão, Dalton Machuca e Erondy Silvério.

#### EMENDA SUPRESSIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 02

Suprima-se do parágrafo único do art. 2º da proposição em epígrafe os seguintes municípios:

Cerro Azul, Doutor Ulysses, Tunas, Tijuca do Sul e Quitandinha.

Suprima-se ainda, o inciso IV do art.

4º.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoiamento:

Albino Corazza, Elio Rusch e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

A Região Metropolitana de Curitiba foi delimitada a partir de Lei Federal 14/73, compondo-se de 14 (catorze) Municípios, quais sejam, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Quatro Barras, Piraquara, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. O presente substitutivo nº 327/91, ao delimitar a Região Metropolitana de Curitiba - RMC - incluindo municípios que não se desmembraram dos 14 originais fere dispositivo da Constituição Estadual (art. 21) que remete a instituição de unidades regionais à lei complementar. Embora sem legislação pertinente, é admissível a incorporação à RMC apenas dos municípios de Itaperuçu, Fazenda Rio Grande, Pinhais e Tunas do Paraná, já que desmembraram recentemente de Rio Branco do Sul, Mandirituba, Piraquara e Bocaiúva do Sul, respectivamente.

Propõe-se ainda a supressão do cargo de diretor de transporte metropolitano, símbolo DAS-3, por transporte se tratar de uma função, entre tantas outras como, uso do solo, saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, etc. Ou se cria diretoria para cada função, hoje existentes, como previsão para novas, as futuras funções, ou não se cria nenhuma função, evitando assim o casuísmo. Como não se pode deixar em aberto, optamos pela não criação apesar de reconhecermos a sua importância.

De outro lado, a diretoria proposta corresponde a uma atuação setorial, sendo assim, de qualquer forma, subordina-se à diretoria técnica como as demais funções.

Trata-se de projeto que visa a autarquizar a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba. É um projeto que teve o seu início de tramitação em 91, recebeu diversas propostas de emendas e substitutivos-gerais. E, neste momento, retornado à segunda discussão, ele recebe também uma proposta de emenda substitutiva-geral, retornando à CCJ para o necessário parecer. Espera esta presidência que ele retorne na próxima quarta-feira.

Portanto o projeto está em discussão. Encerrada a discussão. Segue à CCJ para receber o parecer à emenda de hoje.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

Há também sobre a mesa um requerimento da nossa bancada o qual coloca a necessidade desse projeto tramitar com outro já assemelhado que se encontra também tramitando na Assembléia. Já que vai para a Comissão, gostaríamos que começemos a limpar o que tem nas gavetas da Assembléia, inclusive projetos de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os projetos aos quais se referem V.Exa. tratam-se dos Projetos de Lei nº 107/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin e do nº 408/91 de autoria de V.Exa. e do Deputado Ovídio Constantino. O primeiro institui a Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências e o de V.Exa. e do Deputado Ovídio estabelece os critérios gerais para a criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões no Estado do Paraná, regulamentado o Artigo 21 da Constituição Estadual.

Entende esta Presidência que o Projeto de Lei nº 327/91 visa apenas e tão somente autarquizar a coordenação da Região Metropolitana já existente.

No entanto, nós despacharemos este requerimento de V.Exa. anexado ao mesmo os Projetos nºs. 107/91 e 408/91 à CCJ, para que na mesma sessão analise se os mesmos são idênticos e, se assim entender, que ofereça um substitutivo-geral a esses três projetos para para que possamos na próxima semana, apreciá-los.

O SR. DR. ROSINHA - Se a CCJ entender que não idênticos, que não devem ser analisados em conjunto, requeiro a V.Exa. que coloque na Ordem do Dia o projeto de nossa autoria, uma vez que já está tramitando há dois anos atrás.

Então, é necessário que seja discutido, aprovado ou rechaçado de vez.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa solicitará à CCJ que se manifeste a respeito, após o que adotará as providências solicitadas por V.Exa.

ITEM 03

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/93, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Heinz Herwig, cria a Lei Florestal do Estado do Paraná concorrente ao Código Florestal Brasileiro e a legislação federal. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A.. Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, este projeto de lei que diz respeito à Lei Florestal do Estado do Paraná entrou na Ordem do Dia acerca de duas ou três semanas e, naquele momento, após

discussão de Plenário, ela foi aprovada em primeira discussão e retirado da Ordem do Dia com a proposta de um debate mais amplo envolvendo os Senhores Deputados e as entidades que militam na área em defesa do Meio-Ambiente.

Este debate acabou não ocorrendo. E, naquela ocasião, não somente eu, mas outros Deputados, encaminhamos no sentido de que estávamos votando naquele momento a constitucionalidade e, portanto, teria a aprovação nossa. E, após o debate e corrigidas algumas irregularidades já citadas naquela ocasião, nós analisaríamos e apresentaríamos emendas. Como não houve este debate, se mantida como está, desde já registro voto contrário da bancada do PT, porque fomos afastados do debate desta lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto de Lei nº 468/93. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DR. ROSINHA - Com voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário da bancada do PT e da Deputada Emilia Belinati.

ITEM 04

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/94, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Geraldo Maluta, a Rodovia PR-436, no trecho entre Itambaracá e Porto Almeida. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/94, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraí do Sul, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Colombino Grassano e Djalma de Almeida César, devidamente apoiada, nos seguintes termos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 325/94

Fica incluído um parágrafo ao art. 1º e onde couber os seguintes artigos:

Parágrafo Único: O terreno de que trata este artigo, destina-se unicamente a construção de unidades habitacionais populares.

Art... Fica o donatário por força desta lei, obrigado a resgatar o direito de preferência à aquisição aos atuais ocupantes das 27 (vinte sete) casas populares já

edificadas em parte dos imóveis.

Art. Descumprindo quaisquer condições da presente lei o imóvel em questão retornará ao Patrimônio do Estado.

Sala das Sessões, em 16.11.94.

(aa) COLOMBINO GRASSANO e

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoio: José Arthur Ritti, Toti Colaço e José Tavares.

O Projeto retorna à C.C.J..

#### ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a realizar, revestimento asfáltico, conforme especifica. (Rodovia dos Minérios). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 083/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Arno Strapasson, o imóvel dos lotes nºs 11 e 18, da Gleba nº 01 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C..

Esta Presidência recebe, de autoria dos Deputados Erondy Silvério e Algaci Túlio, requerimento no seguinte teor: "Requer, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia..." (Continua lendo o respectivo requerimento da retirada dos projetos e remessa à Procuradoria Geral do Estado). Iremos submeter este requerimento à apreciação do Plenário.

O SR. RENATO ADUR - Para encaminhar, Senhor Presidente. Senhor Presidente, havíamos feito um acordo já com a Liderança do PDT a respeito dos itens 7 ao 23, excluídos os itens 10 e 15, dos quais não temos conhecimento a respeito, mas que poderão ser incluídos também dentro deste nosso pleito.

A questão do requerimento dos Deputados Erondy Silvério e Algaci Túlio que passe pela Procuradoria Geral do Estado, entendemos que isto praticamente já está superado, uma vez que todos os documentos que vêm das Secretarias e esta documentação inclusive, já passaram pela Casa Civil e, conseqüentemente, pela Assessoria e pela Procuradoria Geral do Estado, já passaram pelos pareceres.

O que está sendo questionado pela Liderança do PDT, e entendemos como correta esta preocupação, é se estes documentos, estes títulos de propriedade que a Assembleia está dando anuência ao Governo do Estado para que possa alienar estes imó-

veis, se o documento original que deu o encaminhamento destes processos está realmente de acordo com a metragem, com o total da área estipulada em cada processo.

Entendemos a preocupação justa do PDT e concordamos inclusive, já entramos em contato diretamente com o Deputado Paulo Maia, com a Casa Civil, os processos todos já estão à disposição do PDT, se não me engano o Deputado Paulo Maia já designou alguém para fazer a averiguação destes documentos.

Queria fazer um apelo aos Deputados autores do requerimento que, ao invés de aprovarmos este requerimento deles encaminhando à Procuradoria Geral do Estado, que façamos uma retirada, um adiamento destas votações até na próxima segunda-feira e que estes processos fiquem à disposição não só do PDT, mas também da bancada do PTB, para que possamos analisar em conjunto e possamos, segunda-feira, trazer novamente à tona nesta Casa, para que possamos encaminhar estas votações.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária os Projetos de Resoluções nºs 024, 025, 026, 027, 029, 030, 031, 033, 034, 035, 037, 038, 040, 042, 043, 044, 045/94, e que os mesmos sejam remetidos à Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 16.11.94

(a) ERONDY SILVÉRIO

Faço este apelo porque esta é uma preocupação muito grande nossa, da Região Central do Paraná, nós já defendemos estes projetos aqui na Casa por duas vezes e entendemos que a cada dia que passa, a preocupação dos nossos agricultores da região central do Paraná é maior; eles não conseguem financiamentos agrícolas, não conseguem legalizar seus imóveis e dependem, por força de lei, da própria Constituição, que imóveis acima de 100 hectares dependem da anuência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Neste caso, o Estado não está alienando aos proprietários, ele está devolvendo ao legítimo proprietário, um imóvel que foi cancelado por força de uma ação de quase 60 anos atrás, e que esses cidadãos já haviam pago esses imóveis e que por força de uma ação maior que anulou praticamente quase 3 mil títulos de propriedade, dos quais 95% desses títulos eram na média, de 15, 20, 30 alqueires, em torno de 80, 100 hectares no máximo, a grande maioria eram títulos desta faixa e alguns poucos, num total de 40 ou 50 apenas, é

que nós temos acima dessa faixa de 100 hectares.

Portanto, eu faço um apelo ao Deputado Erondy Silvério e ao Deputado Hermas Brandão, que ao invés deste seu requerimento, nós adiássemos a sessão até a segunda-feira e que neste período, pudessem esses documentos ser analisados por quem quer que seja e que segunda-feira, possamos voltar a discutir esse assunto.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PAULO MAIA - (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, Senhores Deputados, sem dúvida entendimento houve com a Liderança do governo, no sentido que a gente possa estabelecer uma discussão mais ampla, através de uma assessoria jurídica, para que possamos obter as informações mais detalhadas que são necessárias para uma votação consciente deste projeto.

Nós também somos da posição de que até a segunda-feira, aguardássemos a votação deste requerimento, bem como destes projetos já mencionados do item 7 ao 23, bem como, os que estão pautados para as sessões seguintes e que após este encaminhamento, se nós não tivermos os esclarecimentos necessários, se proceda à votação deste requerimento para as decisões posteriores.

Por isso achamos que nesta oportunidade é mais convincente retirarmos, não só estes que estão na Ordem do Dia, mas os que deverão ser pautados para amanhã também, até segunda-feira, onde até lá possamos, através de um parecer dessas comissões e pediríamos inclusive, aos companheiros dos demais partidos, que designassem uma assessoria jurídica, para que pudessem, em contato que hoje já fizemos com o Dr. Mário Halila, fazer esse estudo que pretende a regularização. Nós sabemos da preocupação daqueles agricultores, sabemos da necessidade de regularização, mas obviamente quando um número tão grande de terras aparece para regularização no final do governo, desperta uma certa preocupação.

Então hoje, já ouvimos o senhor Albari, do IAP, e ele também nos orientava no sentido de que a documentação que estávamos requerendo se encontra na Casa Civil e nós poderíamos lá, fazer a análise daquilo que é necessário para um voto consciente. Nós acreditamos que este vai ser o caminho mais moderado e mais curto a ser percorrido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) -

Tendo em vista a ponderação do Deputado Renato Adur e do Deputado Paulo Maia, entendendo também que esta ponderação é aceita pelo Deputado Erondy Silvério, autor do

requerimento, que nós venhamos a transferir a votação desse requerimento, bem como dos projetos, para a próxima segunda-feira, dando tempo para uma análise mais aprofundada do assunto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Concordo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Estando de acordo o Deputado, nós adiamos o requerimento e todas essas proposições, para a próxima segunda-feira.

O SR. RENATO ADUR - Nós queremos agradecer, Senhor Presidente ao Deputado Erondy Silvério e Paulo Maia.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI - (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar a presença no Plenário desta Casa dos vereadores Cícero Barbosa da Silva, Manoel Gusmão Neto, João Isalino, da vereadora Miriam Regina Marques de Souza e do vereador Paulo Cezar Gomes que se encontra na Liderança do PP.

São vereadores platinenses e são muito bem-vindos a esta Casa, assim como o futuro médico, Dr. José Guilherme.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, requerimento de nº 2500, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nºs 2585 a 2487, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2499, de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2490, 2491, 2493 e 2495 a 2498, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2494, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2488 e 2489, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2492, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

001, 028, 032, 036, 041 e 046/94.

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°  
354/94 e dos Projetos de Resolução n°s

Levanta-se a sessão.